

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Referência: Tomada de Preços nº 002/2016

Objeto: Contratação de pessoa físicas para atuarem como instrutores, ministrando cursos aos profissionais da contabilidade registrados no CRMG, no Estado de Minas Gerais, capital e interior, durante o período de 12 (doze) meses.

Recorrente: CLÁUDIA DE QUEIROZ CANÇADO GONTIJO

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, por CLÁUDIA DE QUEIROZ CANÇADO GONTIJO, contra a decisão que o inabilitou no processo de cadastramento de instrutores nº 002/2016, pelo não atendimento aos itens 4.1.3, "a" e "c"; 4.1.4 e 4.1.5, "a", conforme Ata de Abertura de Envelopes de Habilitação.

Apresenta, em síntese, os seguintes argumentos:

Que a parte recorrente não se enquadra no item 4.1.3, "a" e "c" e que foi entregue à Comissão a Certidão do E-CAC complementar que comprova a não existência de débitos Federais junto à União; que, ademais no item 3.3.1 a Comissão poderá confirmar via internet; que o Edital exigiu em duplicidade a documentação que comprove a "qualificação técnica", evidenciada nos itens 4.1.4 e 5.1, respectivamente sob a nomenclatura "Qualificação técnica" e "Proposta técnica", o que induziu alguns participantes a optarem pelo envelope mais apropriado ao conteúdo, tendo em vista que os mesmos seriam entregues concomitantemente; que a parte recorrente não deixou de apresentar a referida documentação relacionada à experiência profissional e formação acadêmica, bem como os relativos às declarações, uma vez que consta por completo no envelope de nº 2; que jamais poderia se imaginar que a abertura do primeiro pudesse obstar ao conhecimento do segundo, em que pese a exigência dúplice dos referidos documentos; que o pequeno erro de troca de envelopes em exame, induzido pela exigência duplicidade de documentos, mesmo que sem a pretensão de enganar, acabou por permitir a interpretação equivocada da parte recorrente e de alguns participantes.

[Handwritten signature]
b
R

Requer a reconsideração da decisão e que seja a parte recorrente declarada habilitada na presente Tomada de Preços, cujo objeto é o cadastro de instrutores para ministrarem cursos aos profissionais da contabilidade do CRCMG.

Recebida as razões recursais, a Comissão de Licitação deu ciência aos demais participantes, para, caso quisessem, apresentassem contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Transcorrido o prazo supracitado, não houve impugnação ao recurso.

Este é o relatório.

DECISÃO

O Edital é explícito no item 4 do ato convocatório em que elenca a documentação exigida para a habilitação.

O citado item 4 é composto de subitens, quais sejam, 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3; 4.1.4; 4.1.5 com a clara especificação no item 4.2 da inabilitação; vejamos: *"Item 4.2. Os licitantes que não apresentarem todos os documentos indicados para a habilitação, ou que os apresentarem incompletos, ou incorretos, serão considerados inabilitados."*

Quanto ao argumento da parte recorrente de que teria atendido à exigência do item 4.1.3 do Edital através da apresentação de documento complementar, qual seja, Relatório Complementar de Situação Fiscal, não prospera, visto que referido documento não substitui a exigência da apresentação de Certidão de Débitos relativos à créditos tributários federais e à dívida ativa da União, conforme disposto no item 4.1.3 do Edital que corresponde à disposição do art. 1º da Portaria Conjunta RFB / PGFN Nº 1751, de 02 de outubro de 2014. Portanto, a parte recorrente não atendeu a esta exigência editalícia.

Vislumbra-se que a presente modalidade de licitação, qual seja, Tomada de Preços, é composta por 3 (três) fases distintas, portanto, 3 (três) envelopes distintos, para serem abertos em momentos também distintos, conforme muito claro restou na apresentação didática das fases e abertura dos respectivos envelopes no Edital.



Assim, não restam dúvidas de que, não apresentando no Envelope nº 1 os documentos exigidos no Edital, no item 4. *"Habilitação/4.1. O envelope de nº 1 (habilitação) deverá conter a seguinte documentação:"*, a parte recorrente descumpriu as normas editalícias, especificamente os itens 4.1.4 e 4.1.5, "a" do Edital.

Neste sentido, não é demais lembrar que a vinculação dos participantes aos exatos termos estipulados no Edital de Licitação é princípio fundamental do procedimento licitatório.

Trata-se indiscutivelmente, como já exposto, o atendimento a todos os itens do Edital de causa condicionante à habilitação da interessada na licitação, modalidade Tomada de Preços, por determinação legal, o que não ocorreu *in casu*.

Assim, a documentação previamente exigida no instrumento convocatório e na fase de habilitação – item 4 do Edital - é absolutamente adequada à natureza da presente licitação, sendo ônus dos licitantes diligenciarem para providenciar e apresentar todos os documentos exigidos em cada fase, de forma distinta, conforme exigido e especificado de forma didática no Edital. Frise-se que, a abertura do envelope nº 2 – item 5 do Edital - se dará em outra fase do certame, não podendo ser antecipada sua abertura durante a fase da abertura de envelope nº 1, como pretende a parte recorrente, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade.

Aceitar a participação da parte recorrente sem a comprovação do atendimento a todas as exigências dos itens relacionados à fase de Habilitação (Item 4), significaria cometer ofensa aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e ao da isonomia, conforme preceitua o Art. 41 da Lei 8.666/93. *"A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada."* Tal conduta representaria, ainda, ato de arbitrariedade em relação aos demais participantes que atenderam todas as exigências da primeira fase, qual seja, item 4. Habilitação – Envelope nº 1.

Assim, uma vez publicado o edital e tornadas explícitas as normas que guiarão o certame, ambas as partes – Administração e licitante – devem-lhe fiel cumprimento.



Qualquer oposição às exigências do ato convocatório deveria ter sido apresentada no momento oportuno, ou seja, no prazo legal para a Impugnação ao Edital, que se dá antes da abertura do certame, sob pena de se entender que os licitantes concordaram e a elas aderiram.

Desta forma, em obediência ao princípio da vinculação ao edital da licitação, bem como do tratamento isonômico dos licitantes, não se admite que por qualquer ato editado pela Administração, durante a fluência do certame, esta deixe de exigir o que foi inicialmente imposto no Edital.

Portanto, o não atendimento às exigências constantes do Edital, impõem-se a inabilitação da parte recorrente, conforme ocorrera.

PELO EXPOSTO, a Comissão de Licitação mantém a decisão de inabilitação da parte recorrente, por estar fulcrada nos princípios e normas que regem o procedimento licitatório, bem como ao instrumento convocatório e encaminha ao Presidente.

Comissão de Licitação



Juliane Garcia de Abreu



Ricardo Andrade Tonaco

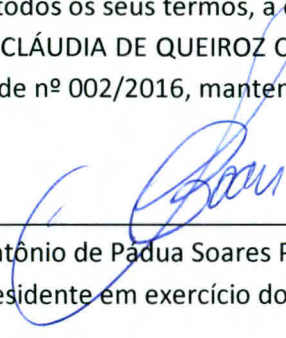


Sérgio Robson Mafra



DESPACHO:

Acolho, em todos os seus termos, a decisão proferida pela Comissão de Licitação no recurso interposto por CLÁUDIA DE QUEIROZ CONÇADO GONTIJO, no processo referente à Tomada de Preços - Edital de nº 002/2016, mantendo-a inabilitada.



Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Presidente em exercício do CRCMG

